

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 999 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 1999

Plenário vota ampliação do Simples

Projeto permite que serviços prestados por profissionais liberais sejam tributados pelo programa simplificado de arrecadação de impostos, desde que o faturamento bruto anual não ultrapasse R\$ 120 mil



En seu discurso, Antonio Carlos afirmou que o Senado vai criar um serviço telefônico para receber denúncias da população em relação a atos praticados pelo Poder Judiciário

O plenário do Senado vota hoje projeto de lei que amplia as possibilidades de opção pelo Simples, programa de cobrança simplificada de tributos destinado às micro e pequenas empresas. O projeto, do senador Luiz Estevão, permite que empresas criadas por profissionais liberais para a prestação de serviços também sejam optantes do Simples.

Também consta da pauta proposta de emenda constitucional, apresentada pelo senador Lúcio Alcântara, que garante aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que eles hoje ocupam, bem como a preservação de suas comunidades.

PÁGINA 2

Senado aprova anistia das multas eleitorais

PÁGINA 3

ACM DIZ QUE NAÇÃO RECLAMA UMA JUSTIÇA ÁGIL, EFICAZ E CAPAZ DE PUNIR QUEM PRÁTICA ATOS IRREGULARES

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez ontem um balanço das atividades da CPI do Judiciário. Elas mostraram, no entender do senador, que a Justiça está aquém do que a sociedade dela espera, em termos de agilidade, eficiência e capacidade de punir os que cometem irregularidades.

PÁGINA 5

CAE
Autorizada a rolagem das dívidas do governo do Rio

PÁGINA 6

Congresso examina 24 pedidos de crédito extra

PÁGINA 2



A audiência pública foi realizada em sessão conjunta das comissões de Infra-Estrutura, Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais

TÉCNICOS ALERTAM QUE O RIO SÃO FRANCISCO ESTÁ CORRENDO PERIGO

Da audiência pública promovida ontem com técnicos da área, restou uma certeza: o rio São Francisco está "na UTI" e requer providências para sua imediata recuperação.

PÁGINA 4

CAE recebe governadores da região Norte

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje audiência pública destinada a discutir com os governadores da região Norte o ajuste fiscal e a formação de uma frente para a execução de políticas especiais de desenvolvimento regional. Foram convidados os governadores Jorge Viana (Acre), Siqueira Campos (Tocantins), Neudo Campos (Roraima), José Bianco (Rondônia), Amazonino Mendes (Amazonas), Almir Gabriel (Pará) e João Alberto Capiberipe (Amapá).

Presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a comissão já realizou, com a mesma finalidade de ajudar a sanar o problema fiscal dos estados, audiências públicas com os governadores das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul.

CAS analisa ampliação do uso do FGTS



Patrocínio: uso por qualquer sistema de financiamento

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprecia hoje pauta de 12 itens, entre os quais projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que permite a utilização do Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço (FGTS) para compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional. Hoje, esses créditos só podem ser usados se o imóvel for financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O projeto tem parecer favorável do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a CAS examinará ainda projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas para progressiva erradicação da miséria.

Há também proposta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a legislação do Imposto de Renda para permitir a dedução, como despesa, do valor integral da bolsa de estudos.

Plenário examina adesão de profissionais ao Simples

Projeto do senador Luiz Estevão permitirá o pagamento de impostos por profissionais liberais como as microempresas

Projeto que permite a adesão de profissionais liberais ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) está na pauta do Senado hoje. De autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o projeto abre a possibilidade de que corretores, representantes comerciais, médicos, dentistas e engenheiros, entre outros, possam pagar seus impostos nas mesmas condições que as microempresas, desde que tenham obtido receita bruta anual inferior a R\$ 120 mil.

O autor da proposta garante que a medida não acarretará perdas tributá-

rias, pois "não se trata de isenção de impostos, mas de pagamento justo, sem bitributação que torne inviável o exercício da profissão", argumentou.

O projeto foi aprovado, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo obtido parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA) e vai à votação em plenário por conta de recurso apresentado pelo senador Bello Parga (PFL-MA).



Luiz Estevão diz que projeto não trará perdas tributárias

Também está na pauta de hoje a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades. Ainda haverá mais duas sessões de discussões até que a matéria seja votada e enviada à apreciação da Câmara.

Congresso aprecia créditos suplementares

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta hoje, às 10 horas, com a finalidade de apreciar 24 projetos de lei relacionados à abertura de créditos em diversos orçamentos da União. As matérias já foram analisadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Pú-

blicos e Fiscalização, que aprovou parecer favorável a todos os projetos.

Dentre as matérias, está a que abre crédito especial no Orçamento de Investimentos deste ano, no valor de R\$ 507,5 milhões, em favor da Petrobrás e da Petrobrás Distribuido-

res S/A. Também consta a abertura de crédito suplementar no Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 160,7 milhões, destinada ao reforço de dotação da rubrica Encargos Financeiros da União, de responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Prefeitos do Rio agradecem tramitação ágil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência, ontem, prefeitos de cidades do estado do Rio de Janeiro que margeiam rodovias federais privatizadas. Na ocasião, os prefeitos agradeceram o envio, à Câmara dos Deputados, do projeto de lei que determina o pagamento de ISS (Imposto Sobre Serviços) pelos consórcios concessionários das estradas.

Acompanhados do deputado federal Márcio Fortes (PSDB-RJ), prefeitos de 15 cidades, representando a Associação de Prefeitos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Apremerj), afirmaram a Antonio Carlos que irão pedir ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, a tramitação do projeto naquela Casa com a mesma celeridade verificada no Senado.

Os prefeitos de Duque de Caxias, José Camilo Zito, de Pirajá, Luiz Fernando Pezão de Souza, de Nova Iguaçu, Nelson Roberto Bornier, de Areal, José Francisco Sobrinho, de Araruama,



Com o deputado Márcio Fortes, prefeitos agradecem envio à Câmara do projeto sobre pagamento de ISS por concessionárias

Vilmar José Dias de Oliveira, de Barra Mansa, Maria Inês Pandelô Cerqueira, de Comendador Levy Gasparian, José Bento Argon Sobrinho, de Petrópolis, Leandro José Mendes Sampaio Fernandes, de Três Rios, Ralleigh Ramalho, de Magé, Nelson Costa Mello, de Guapimirim, Aílton Rosa

Vivas, de Armação dos Búzios, Delmires de Oliveira Braga, de Resende, Eduardo Meoas, de São João de Meriti, Antônio Pereira Alves de Carvalho, e de São Pedro da Aldeia, Carlindo José dos Santos Filho, estiveram presentes à audiência no gabinete da Presidência.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
10h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional
12h — Participa da Missa de Confraternização de Natal e Encerramento do Ano. *Salão Negro do Congresso Nacional*
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Votação de 24 projetos de lei relacionados com abertura de créditos em diversos orçamentos da União. *Plenário da Câmara dos Deputados*
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Entre outros, primeira dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam; *PLS nº 405/99, altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; *Mensagem solicitando a retirada do PLC nº 8/99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial—Simmetro.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 66/99 — decisão terminativa, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza; e *PLS nº 347/99 — decisão terminativa, que exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social o salário-maternidade e o salário-educação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *Ofícios do Supremo Tribunal Federal solicitando licença-prévia para apreciar denúncias contra diversos senadores. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Audiência Pública com os governadores da região Norte com a finalidade de discutir o Ajuste Fiscal e a Formação de uma Frente para Implementação de Políticas Especiais de Desenvolvimento Regional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Entre outros, *PDL nº 272/99, aprova o Acordo de Sede entre o Brasil e a Associação dos Países Produtores de Estanho; *PDL nº 273/99, aprova a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para a sua Eliminação; e *Mensagem nº 233/99, submete à apreciação do Senado o nome de José Israel Vargas para exercer o cargo de Chefe de Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Apreciação de várias matérias, destacando-se: *Diversos nº 48/97, encaminha ao Senado relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre de 1997; *Diversos nº 52/97, encaminha ao Senado as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste; *Diversos nº 5/98, encaminha ao Senado as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste; *Mensagem ao Congresso Nacional nº 541/99 (2ª autuação), que abre o Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 55,5 milhões, em favor de refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento; *Diversos nº 3/96, encaminha ao Senado, para efeito de fiscalização e controle, o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) alusivo ao primeiro semestre de 1995; e *Diversos nº 30/97, encaminha ao Senado relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 1997. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Anistiadas as multas eleitorais de 96 e 98

Eleitores que não votaram nos dois últimos pleitos e candidatos punidos pela Justiça Eleitoral são beneficiados por projeto enviado à sanção

Serão anistiados os débitos decorrentes de multas aplicadas aos eleitores que deixaram de votar nas eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 1996 e de 4 e 25 de outubro de 1998, bem como aos membros de mesas receptoras que não atenderam à convocação da Justiça Eleitoral. A mesma anistia será concedida aos candidatos eleitos que sofreram multas em decorrência de infrações prati-

cadas nas eleições de 1996 e 1998.

A decisão, que vai agora à sanção presidencial, foi tomada ontem pelo plenário do Senado, ao aprovar substitutivo da Câmara a projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES). O substitutivo acrescentou três emendas ao projeto de Camata, ampliando o que fora aprovado pelo Senado sobre a anistia de débitos decorrentes de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral.

Ao defender a matéria, o relator Edison Lobão (PFL-MA) alertou para o fato de que os maiores beneficiários dessa anistia serão os milhões de eleitores pobres, que deixaram de ir votar por falta de recursos para locomoção. "Esses são os maiores anistiados, em relação aos quais todos devemos ter um cuidado especial. E meu voto é pela constitucionalidade das emendas feitas pela Câmara", argumentou.

Proposta foi debatida em plenário por 15 senadores

O projeto de lei que anistia as multas eleitorais foi debatido por 15 senadores durante a sessão plenária de ontem. O senador Gerson Camata, autor da iniciativa, pediu a retirada das emendas que a Câmara acrescentou a seu projeto. "No meu projeto, eu excluí os candidatos eleitos para não ocorrer a hipótese de votarem a favor deles mesmos. Imagine alguém votar aqui para anistiar a própria multa", argumentou.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou seu voto contrário ao projeto argumentando que a anistia não era o melhor caminho. "O Congresso fez uma lei que a prática mostrou ser absolutamente mal feita e que deu margem a todos esses procedimentos agora objeto de anistia", afirmou.

Ressaltando ter sido vítima de injustiças por parte da Justiça Eleitoral em seu estado, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que, na eleição passada, recebeu uma multa extraordinariamente superior à de seu adversário, sustentando que a Justiça Eleitoral de Goiás agiu com parcialidade na definição dessas cifras. "Qual foi a diferença entre a minha campanha e a do meu concorrente?", questionou.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) também ressaltou que as multas são aplicadas pela Justiça Eleitoral sem qualquer critério. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ao anunciar que se absteria de votar, lembrou que a lei vigente nas eleições brasileiras foi aprovada democraticamente pelo Legislativo. "Se aprovarmos esse projeto, estaremos inocentando pessoas que abusaram das suas prerrogativas de candidatos, muitas à frente da máquina governamental", avisou.

Ao antecipar o seu voto contrário, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que o fazia "não por falso moralismo ou pressão da opinião pública", mas porque, no seu entender, a anistia não resolveria o problema. Ela reconheceu que em vários estados ocorreram abusos na aplicação de multas, mas observou que isso não autoriza o Legislativo a criar uma anistia.

Também contrário à aprovação, o



No plenário, os senadores discutiram exaustivamente o substitutivo da Câmara ao projeto de Gerson Camata

senador Paulo Hartung (PPS-ES) expressou seu entendimento de que o Congresso deve elaborar uma melhor legislação eleitoral para o país, contemplando ampla liberdade de organização partidária.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ser a favor da matéria, observando que toda a discussão em torno desse assunto resulta do fato de que a anistia se estende à classe política, a candidatos eleitos ou não eleitos. "Vou votar com convicção nessa anistia", anunciou.

Antes de votar contra a proposta, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu que, no próximo ano, o Legislativo altere a legislação eleitoral. "Se ouvirmos um lado, há razões profundas para votar a favor do projeto, mas, se anistarmos, estaremos ensejando que, na esteira dessa anistia, poderá haver abuso eleitoral no próximo ano."

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) votou a favor, argumentando que o Legislativo não deveria ter dado a competência jurisdicional de que gozam hoje os tribunais eleitorais. Disse que, enquanto o governo do Paraná, em cinco anos de governo, gastou R\$ 500 milhões patrocinando e controlando a mídia, ele foi multado nove vezes por nove entrevistas concedidas. Também anunciou seu voto em qualquer projeto destinado a diminuir os poderes da Justiça Eleitoral.

O líder do PMDB, senador Jader Bar-

balho (PA), declarou seu voto favorável e prestou solidariedade a todos os que foram vítimas de arbitrariedades praticadas pelo Ministério Público ou pela Justiça Eleitoral.

Salientando que o projeto tinha um vício insanável, porque, ao votarem, os senadores estariam deliberando sobre uma matéria que os beneficiava, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou que votaria contra.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) informou que votaria a favor e contou ter sido vítima de episódio que resultou para ele numa multa de R\$ 45 mil. "Estou pagando a metade do que ganho com multa, o que é uma coisa absurda", afirmou, propondo que se reforme a lei eleitoral para coibir os abusos do Judiciário.

Favorável à proposta, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) narrou um exemplo de como, inocentemente, pode-se ser obrigado a pagar vultosas multas à Justiça Eleitoral. Também pediu ao Senado que reforme o mais rapidamente possível a lei concernente ao assunto.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse que, entre as sete eleições que disputou, nunca tinha sido obrigado a pagar multa. "Sempre fui o primeiro a fazer com que a lei seja respeitada, mas, na eleição passada, fomos vítimas da arbitrariedade do Ministério Público", afirmou.

Clubes terão até 2001 para se tornar empresas

O Senado aprovou ontem e enviará à sanção presidencial projeto que prorroga para 2001 o prazo para que os clubes sejam transformados em empresas, nos termos do que determina a Lei Pelé. Com isso, eles ganham mais um ano para se adequar à lei, encerrando-se esse prazo no mesmo ano em que os atletas passam a ser os donos de seus "passes".

Conforme a Lei Pelé, os clubes seriam obrigatoriamente transformados em empresas a partir do ano 2000, um ano antes da extinção do "passê", que ocorrerá em 2001. Relatora da matéria, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) argumentou que a prorrogação do prazo dará oportunidade para que o tema

seja melhor analisado pelos clubes e por todos os desportistas.

Ao defender a aprovação do projeto, ela disse que o desporto precisa ser profundamente analisado, tendo sido esse o sentimento que moveu o autor do projeto, deputado Mendes Ribeiro. "Diz-se que hoje o esporte movimenta somas muito grandes e que deveria ser regularizado dentro de uma visão comercial. Mas esse debate ainda precisa de maior aprofundamento", pregou ela.

Emilia ainda argumentou que a prorrogação da lei deve coincidir com a vigência da norma sobre o "passê", em razão do fato de que a situação dos ativos dos clubes está vinculada aos seus profissionais.

CAE volta a examinar refinanciamento para RO

A requerimento do senador Ney Sussuna (PMDB-PB), foi devolvido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos projeto de resolução destinado a autorizar o governo de Rondônia a refinar sua dívida, contratando operação de crédito de R\$ 146,9 milhões. O projeto já havia sido submeti-

do à CAE e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na mesma sessão, o Senado renovou as concessões das rádios Eldorado de Mineiros, da cidade de Mineiros (GO), e Gazeta do Espírito Santo, de Serra (ES). As duas emissoras exploram serviços de radiodifusão em ondas médias.

Parlamentares protestam contra bloqueio de verbas

Parlamentares integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização protestaram ontem contra o bloqueio de verbas pelo governo na execução do orçamento. Segundo o deputado Giovane Queiroz (PDT-PA), o governo não libera os recursos previstos em emendas de parlamentares — e até de bancadas —, ao mesmo tempo em que remete ao Congresso pedidos de créditos suplementares de forma a reforçar a dotação de órgãos e ministérios.

— A quem estamos servindo quando votamos esses pedidos do governo? Não é ao país — questionou Queiroz, que foi apoiado pelo deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA). Vale lamentou que estejam faltando recursos inclusive para importantes obras de infra-estrutura. Queiroz propôs à comissão votar apenas projetos emergenciais, como estratégia para forçar o governo a liberar as verbas previstas nas emendas dos parlamentares. Segundo ele, até o momento apenas 23% do Orçamento de 1999 foram executados.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que, se observado o



Apesar da insatisfação dos parlamentares, o presidente da comissão, Gilberto Mestrinho, garantiu que pauta será esgotada

desempenho da execução orçamentária este ano, a reclamação dos parlamentares é procedente. O senador, entretanto, chamou a atenção para as dificuldades vividas pelo governo em face da necessidade de conter gastos e pregou a negociação como a melhor saída para solucionar o conflito.

— Temos que chegar a um consenso, uma vez que o governo precisa atender as suas prioridades, mas os parlamentares também sofrem a pressão de governadores, prefeitos e vereadores que aguardam o dinheiro previsto nas emendas.

Apesar da insatisfação dos parlamentares, o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), disse que a pauta prevista para até o fim da legislatura será esgotada. Ontem, foram votadas propostas não polêmicas previstas em acordos de lideranças. Uma delas é o projeto de lei que destina recursos no valor de R\$ 9,8 milhões para a defesa do meio ambiente.

Especialistas vêm São Francisco em risco

Participantes de audiência pública deixam clara a necessidade de amplo debate sobre uso das águas, envolvendo os governos estaduais da região, o federal e todos os setores interessados

O rio São Francisco está na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e precisa se recuperar a fim de que se aprofunde o debate sobre a transposição de suas águas para beneficiar estados do Nordeste que sofrem com a seca. Essa foi uma das conclusões da audiência pública promovida na noite de ontem no Senado, com a participação do presidente da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), Airson Bezerra Lócio, e do secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Garrido.

A audiência, a primeira de uma série



Bezerra (E) e Garrido (D) participam do debate coordenado por Suassuna, Emilia e Heloísa

que o Senado deverá realizar, foi promovida pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). Os participantes deixaram clara a necessidade de amplo debate sobre o

uso das águas do São Francisco — envolvendo os governos estaduais da região, o governo federal e os setores interessados —, com mediação do Senado, que representa as unidades da Federação.

O presidente da Codevasf, Airson Lócio, destacou a necessidade de interligação de bacias com o São Francisco para aumentar a capacidade hídrica deste rio. Observou que do potencial de irrigação de 800 mil hectares já foram utilizados 330 mil hectares na bacia do São Francisco. Quanto à energia elétrica, do potencial de 22 mil megawatts, estão sendo usados 11 mil megawatts. Airson Lócio considerou que uma transposição de águas de 70 ou 75 metros por segundo não representaria grande prejuízo no momento.

Já Raimundo Garrido ressaltou que uma obra de grande porte, como a transposição das águas de um rio, deve ser considerada depois de esgotadas várias outras possibilidades, como a reutilização da água, aproveitamento de águas subterrâneas, dessalinização e uso de reservatórios estratégicos. Lembrou que a transposição exige também estudos detalhados de impacto ambiental.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu providências para que as águas do rio São Francisco possam chegar à Paraíba, não para irrigar a agricultura, mas para matar a sede de homens e animais. O apelo foi feito na audiência pública destinada a discutir a proposta de transposição de águas do rio. Para a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, as audiências públicas são da maior impor-

tância para oferecer subsídios às decisões dos senadores.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) apresentou a proposta de que a transposição de águas do São Francisco seja feita a partir da costa atlântica, afirmando que no nível da praia a água poderia ser levada para os outros estados a um custo muito mais baixo e não faria falta aos estados por onde corre o rio.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), a transposição não pode ser vista

como panacéia, até porque muitas cidades ribeirinhas apresentam os piores níveis de indicadores sociais.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou a observação do secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Garrido, de que o São Francisco está na UTI — com problemas de contaminação das águas e baixa vazão, dentre outros —, e alertou que eventual transposição de suas águas sem estudo mais

aprofundado pode comprometer projetos de desenvolvimento que estão sendo executados.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) enfatizou que o objetivo da audiência pública é oferecer aos senadores elementos técnicos para que possam se posicionar sobre o projeto de transposição de águas do São Francisco. Souto questionou se o estado atual do rio permitiria fazer “uma transfusão”.

Opções para o Nordeste são analisadas pelos senadores

Presidida por Simon, a subcomissão ouve especialistas sobre a violência na mídia

modelos para lidar com situações difíceis e não aprendem a negociar para solucionar problemas. Esse aprendizado, apontou ela, acaba gerando a falta de solidariedade para com as vítimas da violência.

A deputada federal Maria Elvira (PMDB-MG), presidente da Comissão de Educação da Câmara, defendeu a criação de controles para os meios de comunicação, principalmente a televisão. Para ela, não há como negar a influência da TV na formação dos jovens, e a tendência é o aumento da violência. A deputada questionou os parlamentares a respeito do que vão fazer no próximo ano quando tiverem que decidir sobre renovação de concessões públicas de emissoras de TV.

O representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, apontou a falta de protagonistas crianças e adolescentes nos programas de TV e ressaltou a violência contida em outros meios, como os videogames e a Internet. Werthein sugeriu que o Brasil faça mais pesquisas sobre o tema, que permitam entender e comparar com outros países o impacto da mídia nos jovens e apontar caminhos.



Presidida por Simon, a subcomissão ouve especialistas sobre a violência na mídia

Subcomissão debate influência da TV sobre crianças e adolescentes

modelos para lidar com situações difíceis e não aprendem a negociar para solucionar problemas. Esse aprendizado, apontou ela, acaba gerando a falta de solidariedade para com as vítimas da violência.

A Subcomissão de Rádio e TV do Senado, num trabalho conjunto com a representação da Unesco no Brasil, lançou ontem, no Café dos Senadores, os livros *A criança e a violência na mídia*, de Ulla Carlson e Cecília Von Feilitzen, e *Inocência em perigo*, uma coletânea editada pela entidade internacional e a Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet), sobre a violência na rede mundial de computadores.

Na solenidade, o presidente da subcomissão, senador Pedro Simon (PMDB-RS), destacou o esforço feito pelo órgão no combate à violência na mídia, através de fóruns e debates com representantes do setor. Já o representante da Unesco no Brasil e no Mercosul, Jorge Werthein, disse esperar que as publicações possam ajudar a sociedade brasileira a vencer os efeitos negativos dos altos índices de violência veiculados pela mídia em geral.

Os integrantes da comissão também analisam as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste, apresentadas pelo Banco do Nordeste, relativas ao ano de 1997, e os balanços do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, referentes ao primeiro semestre de 1995, encaminhados pelo Banco da Amazônia.

CCJ vota hoje pedidos do STF para processar parlamentares

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia hoje, em reunião marcada para as 10 horas, 13 ofícios encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando autorização para que possa apreciar denúncias apresentadas contra diversos senadores.

Na pauta, constam quatro pedidos contra o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), três contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e dois contra o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Constam também pedidos contra os senadores Ernandes Amorim (PPB-RO), Carlos Wilson (PPS-PE), Roberto Requião (PMDB-PR) e Lauro Campos (PT-DF).

O STF também encaminhou pedido de licença ao Senado para que possa julgar “exceção da verdade” oferecida contra o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relacionada a processo de que é autor.

CRE aprecia nome indicado para cargo na Unesco

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia hoje, às 17 horas, mensagem do Executivo indicando o ex-ministro José Israel Vargas para o cargo de chefe da delegação permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a CRE examina ainda três decretos legislativos contendo textos de acordos internacionais, incluindo o que trata da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho. Os dispositivos tratam de formas de erradicação do trabalho infantil degradante.

TCU envia resultados de auditorias

A Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), reúne-se hoje, às 16h30, para apreciar, entre outros assuntos, dez documentos enviados pelo Tribunal de Contas da União dando conhecimento ao Senado de auditorias e outras atividades realizadas pelo órgão.

Os integrantes da comissão também analisam as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste, apresentadas pelo Banco do Nordeste, relativas ao ano de 1997, e os balanços do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, referentes ao primeiro semestre de 1995, encaminhados pelo Banco da Amazônia.

Livros mostram a inocência em perigo na mídia e na Internet

Na solenidade, o presidente da subcomissão, senador Pedro Simon (PMDB-RS), destacou o esforço feito pelo órgão no combate à violência na mídia, através de fóruns e debates com representantes do setor. Já o representante da Unesco no Brasil e no Mercosul, Jorge Werthein, disse esperar que as publicações possam ajudar a sociedade brasileira a vencer os efeitos negativos dos altos índices de violência veiculados pela mídia em geral.

Os integrantes da comissão também analisam as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste, apresentadas pelo Banco do Nordeste, relativas ao ano de 1997, e os balanços do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, referentes ao primeiro semestre de 1995, encaminhados pelo Banco da Amazônia.

Justiça deve se livrar de quem a desabona, diz ACM

Ao fazer balanço das atividades da CPI, Antonio Carlos Magalhães cobra rapidez do Judiciário e anuncia que o Senado continuará a receber denúncias da população e fiscalizará a implementação das medidas recomendadas pela comissão

Ao fazer ontem em discurso um balanço das atividades da CPI do Judiciário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a comissão revelou durante suas audiências e nas suas conclusões finais que a Justiça brasileira precisa ser ágil e extirpar rapidamente de seu meio aqueles magistrados que a desabonam. “E mais não se conseguiu, acrescentou, devido aos entraves que o próprio Poder Judiciário, sem exceção, se encarregou de criar para o bom funcionamento” da CPI.

Mas ressaltou que, apesar de enfrentar pressões, a comissão cumpriu seus deveres, não deixando de apurar fatos gritantes, mesmo quando se referiam a membros do Senado. “Vamos continuar a proceder com altivez, para que o nome do Senado paire acima de qualquer dúvida, e não venha a ser injustamente maculado como outros poderes, cujos erros nos coube averiguar na CPI.”

Ele considerou “inacreditável” que o Supremo Tribunal Federal tenha acatado o mandado de segurança impetrado pelo juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT de São Paulo, contra decisão da CPI de adotar medidas acatatórias reais determinando o congelamento de seus bens, mesmo depois que o TCU exigiu dele, e da construtora responsável pela obra do Fórum Trabalhista de São Paulo, a devolução ao erário de quase R\$ 170 milhões.

— Houve liminares impedindo o comparecimento de juízes, mesmo como convidados à CPI, e *habeas corpus* concedidos a juízes dando-lhes o direito de calar sobre perguntas da comissão. Quando a Incal impetrou mandado de segurança contra decisão do TCU de aplicar multas pelas irregularidades na construção do fórum de São Paulo, um ministro do Supremo concedeu liminar favorável. Se mantida, só resta ao TCU ser extinto por perda de finalidade — disse.

O senador lembrou que, no início dos trabalhos da CPI, houve dúvidas em relação a uma possível interferência dele nas decisões da comissão. “Hoje, seus membros podem confirmar que de nada participei, apenas compareci a algumas reuniões, como era meu dever”, afirmou.

ACOMPANHAMENTO

Antonio Carlos anunciou a criação de uma subcomissão, no Senado, para acompanhar as providências e recomendações sugeridas pela CPI com o objetivo de “livrar o Judiciário das nódoas que o envolveram durante tanto tempo”. Também comunicou a criação de um serviço encarregado do recebimento

de novas denúncias dos cidadãos.

Segundo o presidente, as milhares de denúncias recebidas até agora constarão de anexo do relatório final da CPI, com encaminhamento aos órgãos competentes à sua apreciação. “Episódios estorcedores continuam chegando ao nosso conhecimento e merecem uma fiscalização imediata, como denúncias de manipulação de distribuição de *habeas corpus* e superavaliação de prédio para desapropriação, envolvendo juízes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo.”

Para Antonio Carlos, a independência dos poderes é importante, mas cabe ao Congresso exercer seu poder fiscalizador, permanecendo atento ao funcionamento da Justiça. “Ainda na semana passada, houve uma agressão à nação, por parte do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que determinou a mudança do cálculo na gratificação dos magistrados, o que representará um reajuste de 100% em seus salários”, lembrou.

O presidente enfatizou que a sociedade espera do Senado resposta a mais de 4 mil denúncias recebidas. “Elas deixam patente que os segmentos sociais mais bem conscientizados confiam no nosso trabalho, apontando delitos ou equívocos cometidos por comarcas e tribunais. Para sua correção, passou a ser reclamada a interferência do Senado”, assinalou.

Na avaliação do senador, “diante de tudo que foi apontado, o Senado pode proclamar-se cumpridor de seus encargos constitucionais, sem que isso possa representar qualquer tipo de incursão indevida na área de competência de outro Poder da República. A Casa não poderia faltar a uma imposição que a realidade judiciária exigia”.

Ao concluir o pronunciamento, Antonio Carlos afirmou que a magistratura brasileira viverá, a partir de agora, um outro momento, “aureolada como é desejo unânime do país”, pelo acatamento devido aos seus ditames. “A bandeira da moralidade venceu e está tremulando, não apenas para o Judiciário, mas para os três Poderes.”

Em entrevista na manhã de ontem, Antonio Carlos afirmou que, caso o Judiciário não adote medidas para punir os responsáveis pelas irregularidades detectadas, o Senado irá buscar os meios legais para garantir que as conclusões da CPI produzam efeitos.

A íntegra do discurso do senador Antonio Carlos Magalhães já está disponível na página do Senado Federal na Internet (www.senado.gov.br).



Antonio Carlos Magalhães afirmou que a comissão cumpriu rigorosamente seu papel

APARTES

JEFFERSON PÉRES Poder Legislativo também precisa fazer autocrítica

Citando o provérbio segundo o qual antes de julgar é necessário ser justo, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) encampou as críticas feitas pelo presidente do Senado ao Judiciário, mas defendeu a correção das mazelas do Legislativo.

Jefferson lembrou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinará hoje pedidos de licença do Supremo Tribunal Federal para processar senadores, observando que os pedidos aguardavam deliberação há quatro anos. Na opinião do senador, a Casa teria até o direito de negar esses pedidos, mas jamais de retardar por quatro anos a deliberação.

Em resposta, Antonio Carlos informou que os pedidos serão votados até o fim do ano. E observou que a demora na votação desses processos não é de agora, mas de longa data.



Jefferson Péres

PEDRO SIMON Processos contra senadores terão curso normal

Em aparte ao pronunciamento feito ontem por Antonio Carlos Magalhães, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, de acordo com projeto de lei já aprovado pelo plenário do Senado, o Supremo Tribunal Federal não precisará mais de licença do Congresso Nacional para processar parlamentares. Ele esclareceu que o projeto, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, determina que os processos tenham seu curso normal nas instâncias jurídicas. Somente no caso de o Congresso julgar necessário acompanhar o assunto, deve solicitar que ele “venha para cá”.

Pedro Simon acrescentou que as denúncias pendentes no STF contra senadores estão sendo apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele advertiu, entretanto, que não se pode mais “deixar na gaveta” tais questões.



Pedro Simon

HUGO NAPOLEÃO Destemor para apurar coisas tidas como intocáveis

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI), em aparte ao discurso de Antonio Carlos Magalhães, elogiou o desassombro do senador — autor do requerimento para a criação da CPI — em tocar coisa tidas como intocáveis. Disse que a CPI cumpriu com o seu dever, chegando a conclusões que vão ajudar a fortalecer a própria instituição da Justiça no Brasil.

— V. Exa não condenou a Justiça como instituição, mas sim os erros cometidos por homens no curso de sua história. Todos ganharão com esse episódio — afirmou.

Antonio Carlos frisou que foi grande o esforço da Casa na condução da CPI e observou que minimizar isso com críticas é um crime contra a instituição. “Querer diminuir a ação dos senadores e da CPI não é só um erro, mas um absurdo.”



Hugo Napoleão

ROBERTO FREIRE Investigação ficou nos limites do bom senso

Recordando que chamou de “irresponsabilidade democrática” a idéia de criar a CPI, Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que sua preocupação se mantém se há hipótese de intervir no que é competência própria do Judiciário. Mas reconheceu que o Senado soube mover-se dentro de seu espaço, que é o de fiscalizar o Judiciário, sem interferir no âmbito das sentenças. “Em razão desse bom senso, não tivemos atritos”, completou.

Antonio Carlos respondeu que ninguém deve ficar preso ao que disse no passado, em razão da evolução natural dos fatos. Acrescentou que Freire “não morre de amores pelo presidente do Senado”, mas demonstrou, mais uma vez, senso de justiça. Freire voltou ao microfone para dizer que não morre de amores mesmo e que “a recíproca é verdadeira”.



Roberto Freire

JADER BARBALHO ACM e membros da CPI merecem reconhecimento

A reforma do Judiciário interessa a toda sociedade, que reclama um Judiciário prestador de serviços. Nesse sentido, Antonio Carlos Magalhães, com a iniciativa de propor a CPI, merece cumprimentos, registrou Jader Barbalho (PMDB-PA).

O presidente da CPI, Ramez Tebet (PMDB-MT), o relator, Paulo Souto (PFL-BA), e todos os membros da comissão, acrescentou, colaboraram para que a CPI chegasse a conclusões concretas, e, assim, são também merecedores de cumprimentos.

Em resposta, Antonio Carlos disse que os parabéns devem ser extensivos não só aos membros da CPI, mas a todo o Senado: “Todos vencemos nesse assunto”.

Se a comissão fosse criada por um e não tivesse a colaboração de todos, o trabalho não se realizaria, enfatizou o presidente do Senado.



Jader Barbalho

SÉRGIO MACHADO Trabalho realizado é razão de orgulho para toda a Casa

Os membros da CPI do Judiciário e todo o Senado cumpriram seu papel ao tratar um tema delicado com muita competência, profundidade e isenção, disse o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), em aparte ao discurso do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, em que este analisou o trabalho da CPI.

Sérgio Machado afirmou que, após ter prestado excelente serviço ao país, os senadores podem agora colaborar para que a Câmara vote o quanto antes o projeto que limita a imunidade parlamentar.

“Cada dia tenho mais orgulho desta Casa”, respondeu Antonio Carlos Magalhães ao líder do PSDB no Senado, acrescentando que “falhas podem ocorrer, mas não são propositais, fazem parte da natureza humana”.



Sérgio Machado

CAE autoriza Rio a refinanciar dívida

Parecer aprovado ontem pela comissão, que poderá ser apreciado pelo plenário amanhã ou segunda-feira, permite que a União adquira R\$ 18,5 bilhões de débitos do governo fluminense

A União poderá realizar operação de crédito de aquisição e refinanciamento das dívidas do Rio de Janeiro, no total de R\$ 18,53 bilhões, segundo parecer favorável a ofício do Banco Central, encaminhado ao Senado, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria seguirá para apreciação do plenário com pedido de urgência para tramitação, devendo ser votada amanhã, segundo anunciou o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

De acordo com o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), a operação de crédito, referente ao contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, entre a União e o Rio, corresponde à soma das dívidas do estado atualizadas até o dia 29 de outubro deste ano. Essas dívidas correspondem à dívida mobiliária (R\$ 11,44 bilhões), aos saldos devedores do empréstimos do estado junto à Caixa



Acompanhado pelo senador Ney Suassuna, Anthony Garotinho pediu a Antonio Carlos votação rápida no plenário

Econômica Federal (R\$ 438,09 milhões), aos saldos devedores junto à CEF referentes a saneamento básico (R\$ 466,87 milhões), aos saldos devedores do estado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (R\$ 111,82 milhões) e ao saldo devedor do contrato de empréstimo cele-

brado entre o estado com a CEF (R\$ 6,07 bilhões).

O valor total da dívida a ser adquirida pela União é de R\$ 18,53 bilhões, e o valor a ser refinanciado é de R\$ 15,24 bilhões, a juros de 6% ao ano. O governador do Rio, Anthony Garotinho, que esteve na comissão, disse que a operação de crédito é muito importante para o estado poder viabilizar seus projetos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber sobre as garantias que os ex-funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) têm para receber os recursos do fundo de aposentadorias da instituição. Tanto o governador do estado como o representante da Secretaria de Fazenda do

Rio, Mário Tinoco, esclareceram que os ex-servidores do Banerj têm todas as garantias para receber o fundo previdenciário.

Depois da votação na CAE, o governador Anthony Garotinho e o senador Ney Suassuna visitaram o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Na presidência, Garotinho pediu celeridade na aprovação da resolução final sobre a dívida pelo plenário do Senado, tendo em vista que o recesso parlamentar inicia-se na próxima quarta-feira. Antonio Carlos respondeu que a votação depende de acordo de lideranças e que pode ser realizada já na sessão de amanhã ou da próxima segunda-feira.

SANTA CATARINA

A CAE aprovou também requerimento do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) para que autoridades catarinenses ligadas ao processo de federalização e privatização do Banco do Estado de Santa Catarina sejam ouvidas pela comissão. As audiências foram marcadas para a quinta-feira.



Projeto de Piva dá ao Comitê Paraolímpico renda líquida de um teste da Loteria Esportiva

Comitê Olímpico contará com 10% de recursos de loteria federal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que destina ao Comitê Olímpico Brasileiro 10% da arrecadação bruta dos concursos de loteria cuja realização esteja sujeita à autorização federal. Esse valor, de acordo com o projeto, deverá ser deduzido do montante destinado aos prêmios.

O projeto altera a redação de um artigo da chamada Lei Pelé, que institui normas gerais sobre desportos. Conforme a proposta, deverá ser concedida anualmente ao Comitê Paraolímpico Brasileiro a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal e, nos anos de realização de jogos olímpicos e de jogos pan-americanos, deverá ser destinada a renda líquida de um segundo teste, para atendimento da participação de delegações nesses eventos.

A comissão aprovou também parecer favorável a projeto de lei da Câmara, de autoria do Executivo, que transfere as atribuições regulatórias e de fiscalização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) para a Superintendência de Seguros Privados (Susep). O projeto, segundo o relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), destina-se a assegurar a continuidade dos serviços públicos e resguardar os interesses dos segurados do IRB, em face da privatização dessa instituição.

PATENTES

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), prometeu fazer gestões junto ao Executivo para que sejam indeferidos ou arquivados os processos com pedidos de patentes protocolados até maio de 1997 e que não se adaptaram ao chamado *pipeline*, que estabeleceu regras de transição para a concessão das patentes. O assunto foi levado ontem à CAE pelo presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, Fernando Marques.

Caso esses pedidos não sejam arquivados, informou o senador, haverá prejuízo de R\$ 3 bilhões para o país, que ficaria proibido de fabricar vários medicamentos já sob o domínio público. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu também que a comissão se mobilize para apressar a tramitação do projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que trata da preservação da biodiversidade brasileira.

BNDES terá US\$ 150 milhões para compor linha de crédito

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá ter US\$ 150 milhões de recursos externos para compor sua linha de crédito e refinanciamento, segundo parecer favorável à mensagem do Executivo aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A autorização aprovada pela CAE é para a realização de contrato de empréstimo externo entre o governo brasileiro e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), e ainda deverá ser votada no plenário.

O relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG), explicou que o empréstimo caracteriza-se por recursos livres em moeda para financiamento dos projetos que integram a carteira do BNDES e que os custos dos recursos captados serão repassados integralmente aos mutuários finais do BNDES, acrescidos de margens usuais de suas linhas de crédito e políticas operacionais.

— O empréstimo permitirá que o BNDES disponha de maiores recursos para o financiamento de investimentos no país, cumprindo com sua finalidade primordial de estimular o desenvolvimento econômico e social brasileiro — afirmou Francelino Pereira.

BAHIA

Na mesma reunião, a CAE aprovou parecer favorável a projeto que autoriza o governo da Bahia a contratar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de R\$ 285,43 milhões, destinado a melhorar e a reabilitar a malha rodoviária estadual. O projeto segue agora para

apreciação do plenário do Senado.

Os recursos serão usados no Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia e, segundo o relator da matéria, senador Luiz Otávio (PPB-PA), contribuirá para a redução dos custos de transporte, beneficiando toda a população.

Foi aprovado também parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR) a solicitação do governo do Distrito Federal referente à operação de crédito no valor de R\$ 647,983 milhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, promovido pelo governo federal. O secretário da Fazenda do DF, Valdevino José de Oliveira, explicou, na comissão, que o DF e o Rio são os últimos a reestruturarem suas dívidas dentro desse programa do governo.

Segundo o secretário, a dívida do DF é pequena, relativa a apenas 0,25% do seu orçamento anual. Na ocasião, além de pedir explicações sobre a operação, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou a decisão do governo do DF de acabar com o programa bolsa-escola, instituído pelo governador Cristovam Buarque.

Belo Horizonte receberá R\$ 18,7 milhões para infra-estrutura

A prefeitura municipal de Belo Horizonte poderá ter em seus cofres até o final do ano a quantia de R\$ 18,7 milhões, relativos a dois empréstimos destinados a financiar obras de infra-estrutura urbana e projetos de modernização administrativa. Os dois projetos, aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, seguem agora

Ney Suassuna (PMDB-PB), o projeto que permite a contratação de recursos para obras de infra-estrutura em Belo Horizonte “é muito importante porque irá transformar toda uma área de favela em setor urbanizado”. Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Arlindo Porto (PTB-MG) também enaltecem a aprovação do projeto.

A CAE também aprovou um empréstimo ao governo da Bahia, no valor de R\$ 15 milhões, destinado a atender ao projeto de recuperação da lavoura cacau-eira. Desse total, R\$ 14,4 milhões são referentes à renovação de operação autorizada por resolução do Senado e os restantes R\$ 600 mil são relativos ao resíduo da margem não utilizada na primeira etapa do programa.

FPM

A CAE aprovou ainda projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que fixa os coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O projeto visa ampliar de cinco para dez anos o prazo para a redução daqueles coeficientes nos municípios que tiveram a população diminuída até 1997.

A medida, segundo o relator da matéria, Pedro Simon (PMDB-RS), amortece a perda de receitas do FPM dos municípios que sofreram redução de população, especialmente nos anos 90.



A CAE acolheu projeto do senador Osmar Dias que amplia prazo para mudança de cálculo de cotas do Fundo de Participação dos Municípios

para votação pelo plenário.

O primeiro empréstimo, no valor de R\$ 17,084 milhões, será canalizado para uma série de obras na capital mineira. O outro, no valor de R\$ 1,625 milhão, será feito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios (Fundo Somma), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Para o presidente da CAE, senador

Comissão discute mudanças no Código Florestal

Projeto de lei de conversão de medida provisória apresentado pelo deputado Moacir Micheletto incorpora diversas emendas, mas oposição e ambientalistas criticam a proposta

A Comissão Mista do Congresso Nacional discutia até as 22h de ontem o projeto de lei de conversão de medida provisória (MP) proposto pelo relator, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que modifica três artigos do Código Florestal Brasileiro. O parecer do relator incluiu novas modificações, alterando dois outros artigos além dos três inicialmente alterados na proposta do governo. Os parlamentares apresentaram 19 emendas à MP, 16 delas aprovadas parcialmente pelo relator e três rejeitadas.

O código em vigor é de 1965 e há consenso entre ambientalistas, ruralistas, governo e oposição de que ele precisa ser atualizado. Ele já foi alterado através da MP em 1996, na tentativa de se conterem os desmatamentos na Amazônia. A MP pas-

sou o limite das reservas florestais legais, dentro de propriedades rurais, de 50% para 80% na Amazônia e de 20% para 50% no resto do país. Sua transformação em lei vinha sendo discutida desde outubro.

O novo projeto é o motivo dos atuais protestos dos ecologistas. Segundo a oposição, além de reduzir novamente os limites das reservas legais para 50% na Amazônia e 20% no resto do país, o projeto permite a substituição das matas nativas por reflorestamentos exóticos (de pinheiros e eucaliptos); prevê a anistia geral aos desmatadores de reservas legais e áreas de preservação permanente (APP); a simplificação de autorizações de desmatamento em reservas legais e APPs; a alteração de APPs para a realização de constru-

ções, estradas e instalação de maquinários, inclusive para garimpo e mineração, e a redução de 100 para 30 metros das APPs nas margens de lagos, lagoas e reservatórios.

A reunião da comissão foi interrompida ontem devido à entrada de dois integrantes da organização ambientalista Greenpeace, que portavam motosserras em papel-cartão, para protestar contra a aprovação do projeto. Eles foram retirados do sala pela segurança.

Senador Jonas Pinheiro (E) e o relator, deputado Moacir Micheletto, durante a reunião da comissão mista, ontem



Cabral esclarece que não é réu, mas autor em processo no STF

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) esclareceu ontem notícia publicada pela imprensa de que estaria sendo processado por calúnia e difamação e, por isso, figuraria na lista de senadores sobre os quais existem pedidos de licença do Supremo Tribunal Federal (STF) para serem processados. "Quem está processando o jornalista Silvio Leite



Cabral está processando jornalista

por calúnia e difamação, desde 1991, sou eu", afirmou. O senador explicou que o advogado de Silvio Leite argumentou que, sendo Cabral deputado federal à época e tendo imunidade parlamentar, necessitaria de licença do Congresso para processar o jornalista, tendo sido o pedido encaminhado ao STF.

Cabral disse que tem todo o interesse em que este processo continue sua tramitação normal e lembrou que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu-lhe há quase três anos que redigisse proposta de emenda constitucional para enquadrar a imunidade parlamentar apenas nos casos decorrentes da efetiva ação parlamentar, desvinculando-a de qualquer ilícito que não tivesse conexão com o exercício do mandato eletivo. Bernardo Cabral também lamentou que a imprensa não cheque as informações antes de publicar e ainda cometa equívocos como esse, que o transformou em réu, quando é a vítima.

CCJ aprova Flávio Bierrenbach para o STM

Com 13 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO) a mensagem presidencial que indica Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. A indicação ainda deverá ser apreciada pelo plenário do Senado.

Flávio Bierrenbach, de 60 anos, é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, foi bolsista da Inter-American University Foundation de Harvard, EUA, e fez pós-graduação em Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele foi vereador, deputado estadual e



O indicado Bierrenbach (E), ao lado do senador José Agripino

federal, e presidente da Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo e do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Agripino Maia (PFL-RN), aprovou também relatório do senador Edison Lobão (PFL-MA), que ins-

tituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A matéria já havia sido aprovada pela CCJ, mas a Câmara dos Deputados alertou para a existência de erro nos autógrafos enviados ao Senado Federal, e a proposta teve de retornar ao exame da comissão.

Freire reafirma disposição do PPS para formar alianças

Ao divulgar ontem o manifesto do PPS, aprovado em encontro nacional, o senador Roberto Freire (PPS-PE) anunciou que irá se encontrar, em breve, com o presidente do PT, José Dirceu, com vistas a uma política de alianças para disputar as eleições de 2000 e 2002. "Temos a vocação do diálogo e, diante dos resultados do congresso do PT, existe real possibilidade de aliança", disse.



Roberto Freire: PPS apresenta uma alternativa

Segundo Freire, o PPS está apresentando, com Ciro Gomes, uma alternativa às políticas equivocadas do atual governo, que aprofundam a crise ao não recorrer às possibilidades disponíveis nos cenários nacional e mundial visando à retomada do desenvolvimento. "Renovamos o apelo às forças de oposição democrática para formular um projeto de centro-esquerda para o país. Por intermédio de prévias, em 2001, devemos escolher um nome para ser candidato presidencial", explicou.

O senador por Pernambuco enumerou pontos do manifesto como o respeito à ética, a necessidade de retomada

do crescimento do país e o combate às desigualdades sociais. "Nos últimos 50 anos, o Brasil foi um dos países que mais cresceu, mas se tornou campeão mundial das desigualdades. Ao postular o poder, o PPS tem como objetivo fundamental diminuir esse desnível entre ricos e pobres."

Roberto Freire afirmou que o século XX tem sido descrito por muitos como o cenário da luta entre capitalismo e comunismo. "Não concordo. A ascensão da mulher e seus novos papéis na sociedade, bem como a conscientização do respeito ao meio ambiente, são fatores que tiveram repercussão muito maior na moldagem da humanidade e da sociedade moderna."

Ao enfatizar que o manifesto do PPS é um documento de esperança, Freire lembrou que o partido divulgou muitos manifestos nas últimas décadas. "Nesse final de século não poderia ser diferente. O país apresenta desequilíbrios sociais, mas a economia tem vitalidade. E não corre mais riscos de caos ou de retrocesso político", garantiu.

D. Eugênio reza missa natalina no Congresso

O arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, oficiou missa de confraternização de Natal no Salão Negro do Congresso Nacional, hoje, às 12h. O Coral do Senado participa da solenidade, que foi organizada pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado e pela Coordenação de Relações Públicas da Câmara dos Deputados.

Távola lança hoje livro de pensamentos

O senador Artur da Távola (sem partido-RJ) lança hoje, às 18h, o livro *Liberdade de Ser, Máximas e Pensamentos*, publicado pela editora Ao Livro Técnico. O evento será realizado na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h55 - *Senado em Pauta*
7h - *Saúde Todo Dia* - logo
7h30 - *Especial Unip* - Descoberta de novos medicamentos (2ª parte)
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Jornal do Senado*
8h25 - *Senado em Pauta*
8h30 - *Entrevista* - O senador José Roberto Arruda e a mãe do cineasta Glauber Rocha, Lúcia Rocha, falam sobre lançamento de livro que conta a biografia de Lúcia
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
10h - Sessão do Congresso Nacional (ao vivo)
Logo após - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após - *Jornal do Senado*

Logo após - Comissão de Assuntos Sociais (gravado)
Logo após - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
9h - Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - *A Voz do Brasil*
Em seguida - Música e informação
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Moreira diz que governo prejudica a Amazônia

Senador de Rondônia afirma que MP seguidamente reeditada permite desapropriações “arbitrárias” de propriedades, sob a alegação de que se estaria preservando as florestas nativas da região

Ademir lembra assassinato de deputado

Os 11 anos da morte do deputado estadual paraense João Carlos Batista, assassinado quando chegava em sua residência, diante da esposa e das filhas, foram lembrados ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao protestar contra a demora na captura dos mandantes e julgamento dos acusados. O deputado era líder do PSB na Assembleia Legislativa do Pará e foi morto logo após ter denunciado mais uma das ameaças de morte que vinha recebendo:

— Até hoje os mandantes e executo-



Ademir: mais uma vítima do braço armado do latifúndio rural

res do assassinato de João Batista não foram a julgamento e o processo se arrasta no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, numa tramitação lenta, provocada por inúmeros recursos impenetrados na tentativa de proteger e garantir a impunidade dos acusados. Este crime chocou e indignou a opinião pública e os meios políticos

locais e nacionais, por sua violência e ousadia, uma vez que o então deputado encontrava-se em pleno exercício de seu mandato parlamentar — protestou o senador.

Segundo Ademir, o deputado João Batista foi vítima do braço armado do latifúndio e da União Democrática Ruralista (UDR), devido a sua luta por justiça social e pela reforma agrária. O senador denunciou a existência de uma “verdadeira indústria do crime organizado”, que teria se estabelecido no Pará e em outros estados a partir dos anos 70, e, com pistoleiros e matadores de aluguel, continua eliminando lideranças políticas, sindicais e religiosas que lutam pela reforma agrária e pela justiça social no campo.

Ademir destacou ainda a importância de identificar o rumo que a Justiça brasileira adotará no próximo milênio e o seu papel como instrumento de exercício da cidadania.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) criticou ontem o que considera “uma das mais abusivas políticas” posta em prática na Amazônia, através da Medida Provisória nº 1.511/96. De acordo com o senador, a MP permitiu que a União se apropriasse de 30% da área de todas as propriedades, sem que fossem feitas desapropriações e nem indenizações, sob a argumentação da proteção ambiental. “Ao dispor sobre a proibição de incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas, a área de reserva legal, de 50% da propriedade, aumentou para 80%. O que se cometeu foi o confisco da propriedade privada, uma arbitrariedade”, afirmou.

Na avaliação de Moreira Mendes, qualquer tipo de política ambiental, econômica ou social, aplicada à região amazônica, deveria levar em conta, em primeiro lugar, a sociedade amazônica. O senador disse que os direitos dessa população vêm sendo violados há muitos anos pelo governo federal, por via de decretos, medidas provisórias, portarias arbitrárias e fiscalizações ofensivas:

— A Medida Provisória nº 1.511



Moreira Mendes: o que se cometeu foi um confisco de propriedade

abrangente toda a região Norte, parte da região Centro-Oeste (que corresponde a metade do estado de Mato Grosso) e a parte oeste do estado do Maranhão, totalizando uma área de 4.573.072 quilômetros. Nas propriedades onde a cobertura arbórea constitui-se de áreas de mata fechada, não será admitido o corte raso em 80% dessas tipologias florestais, o que reduzirá a área de 457,3 milhões de hectares, a uma área de utilização efetiva de apenas 91,6 milhões de hectares, o que é igual à área do estado de Mato Grosso — explicou o senador.

Jonas Pinheiro (PFL-MT), em aparte, afirmou não ser verdade que os parlamentares queiram diminuir a percentagem da área destinada à preservação, conforme a imprensa tem divulgado. Segundo Pinheiro, a MP determina que 50% de uma propriedade localizada na Amazônia deve ser preservada, enquanto propriedades localizadas em área de cerrado devem preservar 15%. Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu a necessidade de uma política nacional ambiental de caráter permanente, para evitar mudanças repentinas através de medidas provisórias.

Aprovado voto de pesar por Lysâneas

O plenário do Senado aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado Lysâneas Maciel, ocorrido na segunda-feira, no Rio de Janeiro. Conforme tradição da Casa, serão enviadas condolências à família e ao PDT, seu partido político.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Roberto Saturnino (PDT-RJ) definiu Lysâneas como um exemplo de dignidade na vida pública e lutador incansável pela democracia. “Cas-

sado pelo Movimento de 1964, nunca se afastou das lutas políticas. Eu me incluo na legião de admiradores que pranteiam sua perda”, disse.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Lysâneas foi um defensor perene dos direitos humanos, e lembrou sua campanha em favor dos exilados políticos brasileiros quando, no exílio, trabalhou na Comissão de Refugiados das Nações Unidas.

Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou

a atuação de Lysâneas durante a Assembleia Constituinte. Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) lembrou sua admiração por Lysâneas desde seus tempos de criança, quando sua família mantinha relações políticas e de amizade com ele.

Álvaro Dias (PSDB-PR) referiu-se ao seu passado de luta contra a ditadura. Na presidência da sessão, Geraldo Melo (PSDB-RN) associou-se às homenagens póstumas a Lysâneas Maciel.

Imigrante italiano ganha data especial

O Dia Nacional do Imigrante Italiano passará a ser comemorado em 17 de fevereiro, conforme projeto de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado ontem pela Comissão de Educação, em caráter terminativo. A votação contou, inclusive, com um voto em italiano, do senador Agnelo Alves (PMDB-RN). Camata justificou a escolha da data lembrando que neste dia, em 1874, chegou o primeiro grupo de imigrantes italianos ao Espírito Santo, e explicou que a idéia da homenagem surgiu em maio de 1990, “muito antes da novela”. A matéria teve parecer favorável da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) e será examinada pela Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que seja votada no Plenário.

A comissão aprovou ainda requerimento do senador José Fogaça (PMDB-RS) prorrogando até 15 de dezembro de 2000 os trabalhos da Subcomissão do Cinema Brasileiro. A subcomissão, presidida por Fogaça, encerraria suas atividades no próximo dia 15, caso não tivesse havido prorrogação. A comissão aprovou



Autor do projeto, Gerson Camata (D) informou, na reunião da comissão, que sua proposta foi apresentada no Senado em 1990

também, terminativamente e em turno suplementar, projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública. A votação em turno suplementar foi necessária porque a comissão aprovou um substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) ao projeto de Cândido.

Também foi aprovado parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que encaminha à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos

conselhos profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia. A CCJ deverá opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Foram aprovados os pareceres favoráveis à outorga de permissão para rádios FMs em Vila Velha (ES); Natal (RN) e São Mateus (ES); de canais de TV em Recife (PE) e Palmas (TO); renovação das concessões de rádios OM em Guarapuava (PR) e Prudentópolis (PR) e à permissão para uma rádio FM em Cachoeiro do Itapemirim (ES).

Mauro afirma que duplicação de rodovia não pode parar

A duplicação do eixo rodoviário que liga Goiânia a São Paulo é prioritária para desbloquear e agilizar a integração Norte-Sul, o que permitirá que a região Centro-Oeste desenvolva seu potencial de produção e exportação, disse ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Com as obras reiniciadas há duas semanas, a duplicação já tem

recursos para o trecho até Itumbiara (GO), sendo necessário o empenho da bancada de Minas Gerais para garantir o trecho que passa pelo Triângulo Mineiro até a ponte do rio Grande, na divisa com São Paulo, enfatizou.

O senador afirmou que o Centro-Oeste, como “a região menos assistida pelas políticas, pelos investimentos e pelos estímulos oficiais”, carece de importantes obras nas áreas de energia e transportes, também prioritárias, mas, “neste momento, a maior de todas as nossas prioridades, ao lado da extensão do gasoduto Brasil-Bolívia, é a duplicação do eixo rodoviário Goiã-



Mauro: Centro-Oeste poderá desenvolver seu potencial produtor

nia-São Paulo”. Entre as demais prioridades, destacou a implantação da Ferronorte, a modernização do sistema ferroviário Catalão-Porto de Santos, a ferrovia Norte-Sul e a hidrovía Paranaíba-Tietê-Paraná.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MT) também salientou a importância de políticas regionais contra o renitente processo de concentração da renda que caracteriza o país e afirmou que, desde a extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), esta é uma das maiores preocupações. Ele disse esperar que o ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra, crie uma agência de desenvolvimento da região.

Ney Suassuna (PMDB-PB), por sua vez, disse que Mauro Miranda deve manter seu otimismo e acreditar que, nesse segundo governo Fernando Henrique, haverá coerência entre intenções e fatos.